

# REBELE-SE



**TESE AO XII CONEB / UNE- SALVADOR-BA  
17 A 20 JANEIRO**

Nos últimos dois anos, com muita disposição e rebeldia os estudantes brasileiros conseguiram protagonizar importantes lutas e mobilizações nas universidades, obtendo várias vitórias para a democracia interna, na política de assistência estudantil, nas condições de ensino das instituições e ainda desmascarar o abandono que vive a educação pública no país.

Quase 50 anos depois da realização do I Seminário Nacional da Universidade Brasileira, e 30 anos após o Congresso de Reconstrução da UNE, o movimento estudantil brasileiro se encontra mais uma vez em Salvador-BA. E é nesse sentimento de recordar a história de luta e organização do movimento estudantil que nós da tese REBELE-SE apresentamos esse

documento, buscando dialogar com os Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e demais estudantes sobre os rumos da educação universitária, do movimento estudantil e da UNE.

Orientar a luta dos estudantes a partir de bandeiras históricas e concretas do dia-a-dia dos estudantes permitirá a UNE e a todo o movimento estudantil não apenas reencontrar a sua combatividade, mas principalmente fortalecer a sua representatividade e poder de mobilização, e é nesse caminho que cada entidade presente ao XII Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB) precisa participar desse importante fórum.

Todos ao XII CONEB da UNE!

## Um sistema em contradição

A principal economia capitalista do mundo, os EUA, está em crise. Isso não é mais novidade para ninguém, mas nos últimos meses foi possível não apenas assistir a bancarrota do sistema financeiro estadunidense, como a conseqüente queda das bolsas de valores de todo o planeta. O mundo assistiu também ao neoliberalismo e ao capitalismo serem desmascarados em sua falsa propaganda de serem capazes de resolver os problemas da humanidade.

A explosão da crise do mercado imobiliário norte-americano rapidamente se alastrou para o setor financeiro gerando quebra só nos EUA de 17 bancos entre janeiro e setembro de 2008. A solução apontada pela burguesia para a crise foi a nacionalização das duas maiores empresas do setor de financiamento imobiliário do país, Fannie Mae e Freddie Mac, e da terceira maior seguradora do mundo, a AIG.

Utilizando o dinheiro dos impostos pagos pelo povo, o governo Bush destinará através do pacote aprovado no Congresso o montante de US\$ 700 bilhões (valor igual a todos os gastos com a invasão ao Iraque), sem contar que em março, o governo já havia financiado a compra de um banco de financiamento por US\$ 29 bilhões e injetado outros tantos bilhões no setor financeiro para conter a crise.

Para o povo estadunidense fica o saldo de mais de 1,250 milhão desempregados apenas no ano de 2008 e milhares de famílias sem casas por conta da dívida hipotecária.

Na Europa, os governos da Inglaterra, França, Irlanda, Holanda e Bélgica anunciaram que também realizarão a nacionalização de bancos e seguradoras, para garantir a “normalidade no mercado” mostrando os efeitos da profunda crise econômica que passa a economia capitalista.

Ao todo, já são quase 4 trilhões de dólares liberados pelos principais países do mundo para os banqueiros, enquanto que para resolver os graves problemas causados pela fome, que segundo a FAO (órgão das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) atingem 925 milhões de pessoas no mundo, apenas migalhas são destinadas.

Quer dizer, para garantir os interesses das grandes corporações os governos desses países apelam para a nacionalização e a intervenção do estado na economia, mostrando o fracasso dos ideais do neoliberalismo para superar as crises econômicas e o quanto estão dispostos a sacrificar as condições de vida de milhões para assegurar os lucros e benefícios de um pequeno grupo de famílias que controla a economia mundial.

# Pela Unidade e Integração da América Latina

Na América Latina, a política adotada pelos governos de caráter popular da Venezuela, Bolívia e Equador interferem diretamente nos privilégios das oligarquias e do imperialismo no sub-continente. Através das nacionalizações das riquezas naturais, esses governos tem conseguido assegurar melhorias nas condições de vida da maioria da população, e despertado a ira daqueles que por anos se beneficiaram dessas riquezas.

Várias têm sido as tentativas do imperialismo de voltar a hegemonizar a América Latina, onde a cada dia tem perdido força. Seus interesses econômicos estão em “xeque” a partir da nacionalização do petróleo e da estatização de diversas fábricas promovidas na Venezuela, a recente e vitoriosa aprovação da Nova Constituinte no Equador, construída com os movimentos sociais e que abarca questões como a gratuidade do ensino em todos os níveis, o reconhecimento da cultura indígena e a retirada da base militar norte-americana do território equatoriano.

A repressão e a campanha que os meios de comunicação têm promovido em todo o mundo contra as FARC são a prova viva do temor dos EUA com o desenvolvimento da luta revolucionária, a ponto de patrocinar e apoiar a invasão Colombiana ao território do Equador, resultando numa moção da OEA (Organização dos Estados Americanos) contra a Colômbia, tudo isso na tentativa de acabar com a luta insurgente naquele país.

Durante as últimas eleições ocorridas na Venezuela, em novembro o apoio popular permitiu ao governo a vitória em 17 das 22 províncias, reafirmando a sua hegemonia e a política de enfrentamento aos interesses das classes dominantes e ao capital internacional.

Na Bolívia, a vitória que Evo Morales obteve no referendo, confirma a opção da maioria da população pelas mudanças implementadas pelo governo do país mais pobre da América do Sul. No total, 67,41% dos bolivianos foram às urnas dizer sim a política de nacionalização dos hidrocarbonetos que permitiu financiar programas sociais e aumentar o salário mínimo.

Além disso, a distribuição de terras com sistema de crédito para os camponeses pobres, em sua maioria índios, transforma a situação dos povos originários na Bolívia que, apesar de somarem 62% da população, sempre sofreram com a falta de direitos nos governos neoliberais e corruptos.

A resposta da oligarquia boliviana e da burguesia internacional foi a tentativa de realizar um golpe contra o povo e uma campanha de difamação internacional do governo Morales, mostrando que para a burguesia conceitos como liberdade e democracia são relativos. Fica claro mais uma vez que o capitalismo não é contrario a intervenção do estado na economia, mas é contra medidas que beneficiem o povo em detrimento de seus lucros.

## Conjuntura Nacional

No Brasil a situação de crise mesmo que ainda mascarada começa a dar os seus primeiros sinais. Passadas as eleições municipais, em que mais uma vez o poder econômico e os interesses das grandes empresas capitalistas foi o foco das disputas nas principais cidades do país, a grave situação que vive o nosso povo continua alarmante.

Seja por parte do governo, ou da dita oposição PSDB-DEM, a idéia da impossibilidade de construir um projeto alternativo de país, que destine o produto de suas riquezas em benefício do povo é tratado como algo inatingível.

Assim tem ganho força o socorro aos bancos, a proposta de privatização dos aeroportos (os mesmo restaurados através do dinheiro público nos últimos anos) e das rodovias, e a continuidade dos leilões das reservas de petróleo descobertas pela Petrobrás. Com isso, a alta dos preços dos alimentos e os altos índices de desemprego são algo praticamente inquestionáveis pelos meios de comunicação e os governantes.

Nesse momento de crise mundial, em que fica evidente a falência do modelo de exploração e da “auto-regulação” proposta pelos ideólogos do capitalismo, é necessário se apresentar uma proposta alternativa para o país, pautada pela integração latino-americana, pelo apoio e desenvolvimento da produção agrícola para o mercado interno, combatendo o latifúndio e promovendo a reforma-agrária, incentivo a ciência e tecnologia como fator de soberania nacional, taxaço das grandes empresas e o devido atendimento por parte do Estado à saúde, moradia, segurança e educação do povo, ou seja, precisamos implantar o socialismo no Brasil!

A União Nacional dos Estudantes precisa assumir uma postura independente frente ao governo federal e convocar os estudantes brasileiros a se unir na luta pelas transformações sociais que o Brasil tanto precisa, pautando os interesses básicos da população e da juventude brasileira.

# Que educação é essa ?

Mesmo com a tentativa por parte das estatísticas apresentadas pelos governos sejam municipais, estaduais ou federal de maquiagem a realidade da educação no Brasil, é evidente o quanto a educação possui barreiras em seu desenvolvimento. O índice de analfabetismo ainda é alarmante na maioria dos estados, e com isso a população mais pobre é a grande prejudicada com essa situação.

O sistema de educação superior, por sua vez, tem a marca da exclusão. Anualmente, 1,9 milhões de jovens concluem o ensino médio e ficam de fora das universidades e faculdades devido a falta de vagas, e segundo o próprio MEC, o índice de jovens de 18 a 24 anos com acesso ao ensino superior é de 13%, o menor de toda a América Latina.

Além disso, a inserção do setor privado na educação é tamanho que 88,9% das instituições de ensino superior são privadas, respondendo por mais de 70% do total de matrículas, demonstrando o giro dado nas últimas décadas do público em direção ao privado na educação.

A massiva participação do setor privado na educação é fruto da política, já em curso até mesmo nas universidades públicas, de conferir à educação o status de mercadoria. Dessa forma, permite-se comercializá-la da forma mais atrativa possível ao mercado, e ainda interferir diretamente em toda a produção de conhecimento, desde a sua aplicação até a sua transmissão para as novas gerações, através de uma educação cada vez mais voltada aos interesses dos capitalistas.

Essa lógica também se reproduz dentro das universidades públicas. Em geral, temos instituições desligadas da realidade social e com estruturas burocratizadas e hierarquizadas, de tal forma, que a impeça de criar mecanismos que sirvam de ponte entre o que é debatido e produzido nos bancos universitários e a sociedade. Na prática, torna-se a universidade um ambiente estranho à sociedade e as suas transformações sócio-econômicas, e pavimentam-se o caminho às empresas privadas.

Prova disso é a crescente desnacionalização que a educação tem passado, com a aquisição por parte de empresas estrangeiras de Universidades e Faculdades, como ocorreu com a Universidade Morumbi-Anhembi / SP, e mais recentemente com a Fipag, de Guarapari-ES, comprada pela Kroton Educacional por R\$ 4,5 milhões, dentre tantos outros casos.

Por isso, o XII CONEB precisa resgatar a defesa da educação brasileira, combatendo a desnacionalização da educação, e buscando firmá-la como pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.



## PELO LIVRE ACESSO À UNIVERSIDADE

Mais atual do que nunca, a Carta da Bahia, documento redigido pelos estudantes universitários brasileiros em 1961 durante Seminário da UNE, apresenta como principal crítica a Universidade Brasileira o fato dela se constituir como um privilégio.

Esse quadro concretamente não se transformou nesses mais de 40 anos. Obviamente, o crescimento numérico de vagas existiu. Porém diante das necessidades atuais, do próprio acesso ao conhecimento, do apoio e fomento à pesquisa, as instituições apresentam números extremamente insuficientes. Em boa parte das carreiras a elitização é uma realidade, mas **a principal contradição está nas poucas vagas ofertadas.**

Para superar essa realidade, apenas com uma conseqüente política de expansão de investimentos e vagas no ensino superior é que poderemos atingir esse novo patamar.

Hoje, a exclusão se materializa através do vestibular, que transfere do Estado para o estudante a responsabilidade de seu não ingresso na universidade. É preciso superar esse modelo arcaico e construir o livre acesso à universidade, como única forma de garantir a verdadeira democratização do acesso ao ensino superior.

A União Nacional dos Estudantes precisa defender o fim do vestibular e a garantia do livre acesso do povo à universidade.

# A UNE e o debate da Reforma Universitária

Tendo sua história desenvolvida na luta por uma educação de qualidade e um país soberano e livre, a União Nacional dos Estudantes foi protagonista de importantes debates sobre a Reforma Universitária, em especial nos anos 1960.

Porém, a truculência do regime militar impôs uma correlação de forças adversa aos estudantes e a livre discussão sobre os objetivos e o caráter da universidade brasileira. Assim, ficou para trás o acúmulo do debate e a experiência do movimento estudantil para a introdução do acordo MEC-USAID que criou toda uma estrutura baseada em departamentos, créditos e orientando ainda mais a universidade à formação de uma “elite pensante” desligada dos graves problemas sociais que vivia o Brasil.

Desde então a luta em defesa da Universidade Pública ganhou força, e se experimentou uma importante unidade no movimento de educação. Destaque para na década de 1990 a apresentação do Plano Nacional de Educação (PNE) – Proposta da Sociedade Brasileira, que foi fruto de um esforço conjunto de estudantes, professores, técnico-administrativos e de diversos setores da sociedade representando importantes parâmetros à transformação da educação.

O PNE sofreu duros golpes em seus objetivos fruto dos vetos do então presidente FHC, que retirava as metas de investimento do governo para a educação e, mantinha as limitações orçamentárias da educação.

Com o início do governo Lula reinicia-se o

debate acerca da Reforma Universitária estimulado pelo próprio governo. Contudo, a orientação que esse projeto recebia caminhava para privilegiar a educação privada em detrimento da pública, desde as suas primeiras medidas, a exemplo do PROUNI.

A União Nacional dos Estudantes então passa a caminhar ao lado dos gabinetes de Brasília e distante de seu próprio debate sobre a educação, defendendo as posições do MEC e dando às costas as lutas do próprio movimento estudantil contra essa flagrante proposta de privatização da educação.

Essa perda de autonomia da entidade tem custado caro a sua representatividade e legitimidade. Mesmo que ações divisionistas não tenham tido êxito, a UNE perdeu nos últimos 4 anos muito de sua capacidade de mobilização graças a política de conciliação e por representar em vários momentos a voz do governo dentro do movimento estudantil.

Derrotado no debate da educação, e com a imensa quantidade de emendas que viveu o Projeto da Reforma Universitária (PL 7200) o governo não teve força suficiente para tocar a Reforma Universitária, que pese as medidas já adotadas como as Parcerias Público-Privadas, a Lei das Fundações, etc...

Nesse contexto, a UNE perdeu uma grande oportunidade de apresentar as posições do movimento estudantil diante da educação e seguiu uma posição reboquista diante do governo, enfraquecendo sua representação e a luta dos estudantes.

## O Projeto de REFORMA UNIVERSITÁRIA da UNE

A realização dos Seminários da UNE sobre a Universidade Brasileira na década de 1960 representam um marco para a organização do movimento e o fortalecimento do debate sobre a educação que queremos. Com muita propriedade, esses Seminários permitiram um acúmulo até então inexistente para a orientação das mobilizações e discussões sobre o papel da Universidade Brasileira e a própria reflexão dos estudantes diante da realidade em que vivíamos.

Para a tese REBELE-SE é preciso apoiar-se nesses documentos, em especial a Carta da Bahia – 1961, não só pelo seu significado histórico e simbolismo, mas pela profundidade atingida naquela formulação e por representar uma concepção crítica de que não basta revolucionar a universidade, e sim entendê-la como produto da sociedade em que está inserida, marcada ainda hoje por uma explícita contradição entre ricos e pobres, e como a produção científica deve ser aplicada nesse contexto.

Com certeza esse não é um debate simplista, ou que trate apenas da educação. Está em jogo um projeto de nação, seja ele respaldado pelos interesses das grandes empresas e das corporações capitalistas ou como apoiar e um projeto alternativo que vise atender as necessidades mais sentidas do povo brasileiro, através de uma pesquisa farmacêutica que vise não a busca de patentes para os grandes laboratórios, e sim o acesso à saúde, que entenda a construção civil ou arquitetura não para a construção de condomínios de luxo e sim para apontar soluções para acabar com o déficit habitacional do Brasil.

Portanto, para que o projeto de Reforma Universitária da UNE esteja sintonizado com a sociedade precisamos apresentar uma clara perspectiva de mudanças e transformação social do país, condição indispensável para atingirmos a verdadeira autonomia e liberdade à produção técnico-científica. Esse é um dos principais elementos que precisa ser somado ao Projeto de Reforma Universitária da UNE.

Quanto a sua apresentação, como o conjunto de propostas, o documento aprovado no 56º CONEG em julho de 2007 na UnB traz 10 eixos fundamentais. Propomos a inclusão de mais um, a Avaliação Institucional. Na opinião da tese REBELE-SE esses eixos precisam contemplar as seguintes bandeiras:

### **Autonomia Universitária**

Pelo fim das fundações, autonomia didático-científica das universidades e garantia de funcionamento pleno dos conselhos nas instituições privadas; Por uma devida interação entre sociedade-universidade;

### **Financiamento**

Ampliação imediata no orçamento da educação, com aplicação de 10% do PIB para a educação, ciência e tecnologia; Obrigatoriedade de financiamento estatal às necessidades das universidades públicas, incluindo as estaduais e autarquias; Orçamento participativo e debatido com a comunidade universitária, em especial nas privadas; Aumento no financiamento dos HU's por parte do Ministério da Saúde;

### **Democracia**

Fim da lista tríplice! Eleições paritárias para reitor e paridade nos conselhos universitários, com a presença das entidades representativas; Contra a perseguição nas instituições públicas e privadas, pelo direito à livre organização dos estudantes e trabalhadores e às suas lutas;

### **Acesso**

Pelo fim do vestibular e seu caráter excludente no acesso à educação. Por um sistema de seleção que leve em conta a assimilação de conteúdos e não a mera concorrência entre os estudantes; Ampliação imediata das vagas através da interiorização universitária,

criação de cursos noturnos e melhorias nas instalações dos campi já existentes visando a garantia do Livre Acesso à Universidade; Criação de uma política de federalização de instituições de ensino;

### **Assistência Estudantil**

Liberação imediata dos 200 milhões do Plano Nacional de Assistência Estudantil, com autonomia para debater sua aplicação em cada instituição; Rubrica específica para assistência estudantil nas universidades públicas; Por um programa nacional de reforma e reestruturação das residências universitárias; Fim das bolsas-trabalho, que as bolsas representem um apoio ao ensino, a pesquisa e aos projetos de extensão; Vinculação de 2% da arrecadação das privadas para assistência estudantil;

### **Ensino Privado**

Maior controle do estado no funcionamento e na liberação de novas autorizações para os cursos nas instituições; Restrição total a entrada de capital estrangeiro na educação; exigência de órgão administrativo e executivo da mantenedora na própria instituição, impedindo a "gerência à distância" da faculdade; Discussão permanente sobre as planilhas de custo nas universidades, e legislação federal que regulamente a cobrança de mensalidades.

### **Reestruturação Acadêmica**

### **e Curricular**

Democratização do conhecimento, combatendo a máxima de transmissão de conhecimento professor-aluno, entendendo a educação como um processo de construção conjunto; Unir à formação de licenciaturas a prática da pesquisa; Criação de currículos voltados a realidade regional, e fortalecendo suas potencialidades.

### **Ensino Tecnológico**

Contra o fim dos cursos tecnológicos, garantia de seu fortalecimento e criação de política de bolsas específicas para o fomento da pesquisa aplicada; Introdução de uma visão humanística na grade curricular desses cursos; Melhoria nas instalações de laboratórios e bibliotecas de acordo com as inovações tecnológicas; Regulamentação imediata dos cursos tecnológicos, permitindo sua inserção no mercado de trabalho;

### **Pesquisa**

Incentivo a pesquisa dentro da graduação; criação de pólos estratégicos de ciência e tecnologia com projetos que integrem as universidades; Ampliação imediata no investimento na pesquisa; Fortalecimento dos programas de pós-graduação voltado a atender demandas sociais a partir do desenvolvimento científico;

### **Extensão**

Fortalecimento da extensão universitária, dando maior

ênfase em sua inserção nos currículos e em seu financiamento, garantindo bolsas para os estudantes; Ter prioridade nas relações com entidades representativas dos movimentos populares e comunidades pobres próximas às instituições na realização de

projetos de extensão;

### **Avaliação Institucional**

Implementação da avaliação docente; Não ao ranqueamento; Participação estudantil nas CPA's e que levem-se em conta projetos de pesquisa e extensão na

avaliação dos cursos e da Universidade; Estabelecimento de metas após a avaliação para melhoria da qualidade nos cursos; Avaliações locais que levem em conta especificidades dos currículos;

Nesse momento é decisivo firmar uma agenda unitária dentro do movimento estudantil para que possamos construir o Projeto de Reforma Universitária da UNE, como forma de mobilizar a sociedade para a Universidade e como podemos transformá-la.

Porém, a atual política de educação do governo tem apresentado vários elementos nocivos a educação, e para tanto a UNE precisa rever sua postura frente ao REUNI, e se posicionar com relação a IFETIZAÇÃO, que trata de uma reformulação na política do ensino tecnológico.

## **REUNI: QUEREMOS MAIS VAGAS E MAIS PROFESSORES!**

Durante todo o ano de 2007, vimos a truculenta aprovação do REUNI nas universidades federais brasileiras. Com a presença de polícia federal, processos administrativos e criminais contra estudantes, mudanças de locais de reunião dos Conselhos Universitários, e até mesmo com aprovações ilegais questionadas judicialmente, os estudantes e a educação brasileira sofreram um duro golpe.

Dessa forma, o MEC passou por cima de qualquer debate sério nas instituições para impor a sua nova versão da Reforma Universitária. Prevista com base na reestruturação curricular, tendo como principal bandeira o bacharelado interdisciplinar e na redução da relação professor-aluno nas instituições, o REUNI foi adotado por praticamente todas as instituições federais.

Com essa aprovação, visando maquiagem seus reais objetivos as universidades começaram a receber recursos para a realização de obras em suas instalações físicas. Some-se a isso o início de forte campanha institucional, para criar um ambiente de "revolução" nas universidades federais do país.

Contudo, já se inicia o processo de implementação do REUNI, para que em cada curso se amplie o número de estudantes sem o correspondente de professores e o aumento no índice de conclusão. Resultado, se aumentará o

problema da falta de professores e, a orientação vinda por parte das pró-reitorias de graduação é de minimizar o número de reprovações para garantir que o curso não seja prejudicado com o corte de recursos.

Vale lembrar que algumas universidades pretendem implementar o bacharelado interdisciplinar, alvo principal do decreto, que representa um golpe na diplomação dos estudantes, visto que a partir do bacharelado o estudante não mais será diplomado em sua carreira, e sim numa definição geral de bacharel interdisciplinar.

Dessa forma, já se articula em várias universidades a retoma da luta contra o REUNI. A UNE que não demonstrou independência frente ao MEC para questionar a política de metas proposta no REUNI, precisa assumir uma nova postura, questionando a sua implementação e defendendo, na prática, a luta por uma educação de qualidade.

É necessário combater o déficit de professores proposto a partir do REUNI, exigindo a contratação de mais professores, combatendo as metas de aprovação e impedindo a implantação do bacharelado interdisciplinar.

Apenas assumindo decididamente essas propostas é que a UNE cumprirá o seu verdadeiro papel em defesa da educação, e não baixando a cabeça para o MEC.

## EM DEFESA DO ENSINO TECNOLÓGICO

Em abril de 2008, iniciou-se o processo de “IFETIZAÇÃO” no ensino técnico e tecnológico do país. Essa rede de ensino que tem vivido tantas mudanças nos últimos anos recebeu com apreensão a proposta de IFET advinda do MEC.

Acontece que a criação dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, representa uma transformação no foco de ensino e de identidade dos CEFET's, principalmente no tocante ao ensino superior.

Com a implantação do ensino superior nas instituições, o ensino tecnológico foi a principal modalidade de ensino criada. Mas em praticamente todos os estados há um sério problema da regulamentação profissional e do currículo desses cursos. Esse problema se evidenciou com a criação do catálogo de cursos do ensino tecnológico, que deveria servir para orientar o funcionamento dos cursos, na prática tem servido para aplicar a política de extinção do ensino tecnológico, colocando um grande número de estudantes com um diploma que não possui valor na prática, após três anos de estudos.

Com o IFET, segue-se esse mesmo processo, preterindo o ensino tecnológico frente a criação de cursos de licenciatura, ocupando as vagas anteriormente ofertadas. Ou seja, com o catálogo o governo dificulta a continuidade do ensino tecnológico e com o IFET decreta o fim de vários desses cursos e a sua conseqüente extinção.

É o caso do curso de Urbanização do CEFET-AL, em que os formados não conseguem registro profissional junto ao CREA, e que o MEC em audiência realizada em agosto de 2008 propôs ser extinto. Em vários outros estados, a situação não é diferente, e a regulamentação profissional é o grande fantasma para quem cursa o ensino tecnológico.

Os estudantes têm feito iniciados lutas em defesa do ensino tecnológico e é necessário que a União Nacional dos Estudantes assuma essa bandeira, não permitindo que se diminuam as vagas ou extingam os cursos. A criação dos cursos de licenciatura precisam ser fruto de uma expansão nas vagas do ensino superior nos IFET's, e não representar a diminuição do ensino tecnológico, sem falar na necessária regulamentação dos cursos e a garantia de que o catálogo signifique uma unidade entre o que é ensinado no país, e não cumpra papel restritivo impossibilitando o funcionamento dos cursos.

## MOVIMENTO ESTUDANTIL

A realização do XII CONEB da UNE dará a largada para a preparação do 51º Congresso da entidade, e esse momento é muito importante para que possamos fazer um balanço crítico da atual gestão e do quadro que vive o movimento estudantil brasileiro.

Depois de um longo período de refluxo, o movimento estudantil reassumiu sua característica de luta e combatividade. Não há praticamente nenhum estado em que nos últimos dois anos os estudantes não tenham realizados atos, greves e ocupações de reitorias apresentando reivindicações com relação a assistência estudantil, contra as taxas, aumentos nas mensalidades, corrupção na administração universitária e nas fundações, e contra as políticas educacionais dos governos estaduais e principalmente do governo federal a partir do REUNI e sua anti-democrática

implantação.

Tudo isso serviu para reorganizar a participação dos estudantes nos espaços do movimento estudantil, e nos permitir envolver cada vez mais pessoas nos debates sobre os rumos da Universidade e da organização da luta dos estudantes.

Nacionalmente ficou ainda mais claro o papel que pode e deve cumprir a UNE para orientar as lutas estudantis, num diálogo permanente com a base do movimento através dos CA's, DCE's e Executivas de Curso. Nesse sentido o adiamento desse CONEB que deveria ter acontecido em 2008 é prova do interesse da diretoria majoritária em esvaziar as discussões dentro da entidade.

A UNE não conseguiu dialogar com o movimento estudantil na questão do REUNI, a partir de uma posição recuada e conciliadora

com a política do MEC, se afastando da luta que mobilizou milhares de estudantes no país, em ocupações de reitorias e atos durante as reuniões dos conselhos universitários, perdendo um grande momento para debater concretamente uma proposta de expansão universitária com vistas a universalização do acesso, aceitando as imposições do MEC que levam a perda na qualidade do ensino.

Em vários locais, o campo majoritário da UNE chegou a se colocar contrário aos estudantes em luta contra o REUNI, descumprindo deliberação da diretoria da entidade.

Durante o seu último CONEG, na UnB, não foi possível gerar a verdadeira unidade no movimento estudantil diante da pauta da educação, realizando durante o Seminário de Educação discussões que não se refletiram no

documento aprovado pela entidade. Dessa forma boa parte das resoluções da entidade não representam os debates travados pelos DCE's e pela base do movimento estudantil.

Até mesmo a Caravana da Saúde que poderia envolver a rede do movimento estudantil, não conseguiu cumprir satisfatoriamente seu papel, e evidencia a desarticulação da UNE com entidades de base por todo o país.

As reuniões da diretoria ganharam maior regularidade durante a última gestão, porém precisam se tornar um espaço maior de decisões que apenas referendar a diretoria executiva. O intercâmbio possível dentro das lutas do movimento acaba se perdendo e enfraquecendo a capacidade de articulação da entidade.

## **A TESE REBELE-SE NA UNE**

A participação da tese REBELE-SE nessa diretoria se faz através da Diretoria de Universidades Públicas (Fernanda Bloise – UFABC), Diretoria de Relações Internacionais (Natália Alves – UFRJ) e a Diretoria de Assistência Estudantil (Rafael Pires – UFAL).

Com a participação desses diretores, e das entidades de base que apóiam e constroem a tese foi possível se fazer presente em várias lutas e ações do movimento estudantil brasileiro. Em ocupações de Reitoria, atos públicos e visitando universidades públicas e privadas foi possível contribuir com a luta e a organização do movimento estudantil em vários estados.

Destaca-se a mobilização dos estudantes da UFABC contra a transformação da universidade em fundação pública de direito privado, chegando a entregar pauta de reivindicações nas mãos do presidente Lula exigindo o caráter público da instituição e a construção do Bandeirão da universidade.

A realização do Encontro Internacional da Juventude Antifascista e Antiimperialista – EIJAA, em julho de 2008, em parceria com a UFRJ reunindo jovens de diversos países, e ainda as visitas a Espanha e República Dominicana realizada pelos diretores permitiu intercâmbio entre a luta dos estudantes brasileiros e de todo o mundo.

Durante toda a gestão, os diretores da tese REBELE-SE estiveram participando dos espaços da diretoria contribuindo com as ações da entidade e sempre apresentando a posição de independência da UNE frente ao governo federal e do fortalecimento da luta e solidariedade ao movimento estudantil em todo o país, estando presente não se ausentando das reuniões de diretoria e tendo importante presença no último CONEG.

Essa luta contudo, precisa assumir uma nova dimensão. O movimento estudantil brasileiro vive um momento extremamente importante para a sua organização. A prática mostrou que o caminho de divisão proposto por alguns, se fez estéril e sem a representatividade necessária. Unificar os setores do movimento estudantil é uma tarefa decisiva e para isso a participação e intervenção das entidades que tem construído as mobilizações cotidianas em defesa da educação precisa ser o tom desse XII CONEB.

Cada entidade precisa assumir a responsabilidade de recondução do movimento estudantil combativo para a direção da luta dos estudantes e de suas entidades e com a UNE não será diferente.

É preciso gerar a unidade de ação e crescer as mobilizações por todo o país, só assim será possível desalojar o movimento burocrático que sobrevive dentro da entidade, e é com essa disposição que a tese REBELE-SE convoca as entidade de base e os estudantes para fortalecer a nossa intervenção dentro do XII CONEB, nos permitindo recolocar a UNE ao lados dos estudantes e com disposição e força para lutar em defesa dos nossos interesses.